

CARTA DE ANUÊNCIA

Pelo presente instrumento particular, que entre si fazem,

REQUERENTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____

E

REQUERIDO: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____

As partes acima qualificadas têm entre si justo e contratado o que segue:

1. O REQUERIDO declara para os devidos fins que está ciente e anuente com o pedido formulado pelo REQUERENTE, referente a

_____.

2. Declara também que não possui quaisquer objeções, oposições ou pendências em relação ao referido pedido, comprometendo-se a colaborar para a sua satisfação e efetivação.

3. O REQUERIDO autoriza expressamente que eventuais documentos, informações e providências necessárias para o cumprimento do pedido sejam realizados pelo REQUERENTE ou por seus representantes legais.

4. Esta carta de anuência é firmada de livre e espontânea vontade, sem qualquer coação, vício de consentimento ou erro que possa invalidar sua eficácia jurídica.

5. As partes acordam que o presente instrumento poderá ser utilizado como prova do

consentimento do REQUERIDO em quaisquer procedimentos administrativos ou judiciais relacionados ao objeto deste documento.

6. Por ser expressão da verdade, firmam o presente documento, em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Local: _____

REQUERENTE

REQUERIDO

CPF: _____

CPF: _____

Testemunhas:

1. Nome: _____

CPF:

Assinatura: _____

2. Nome: _____

CPF:

Assinatura: _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/carta-de-anuencia/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.